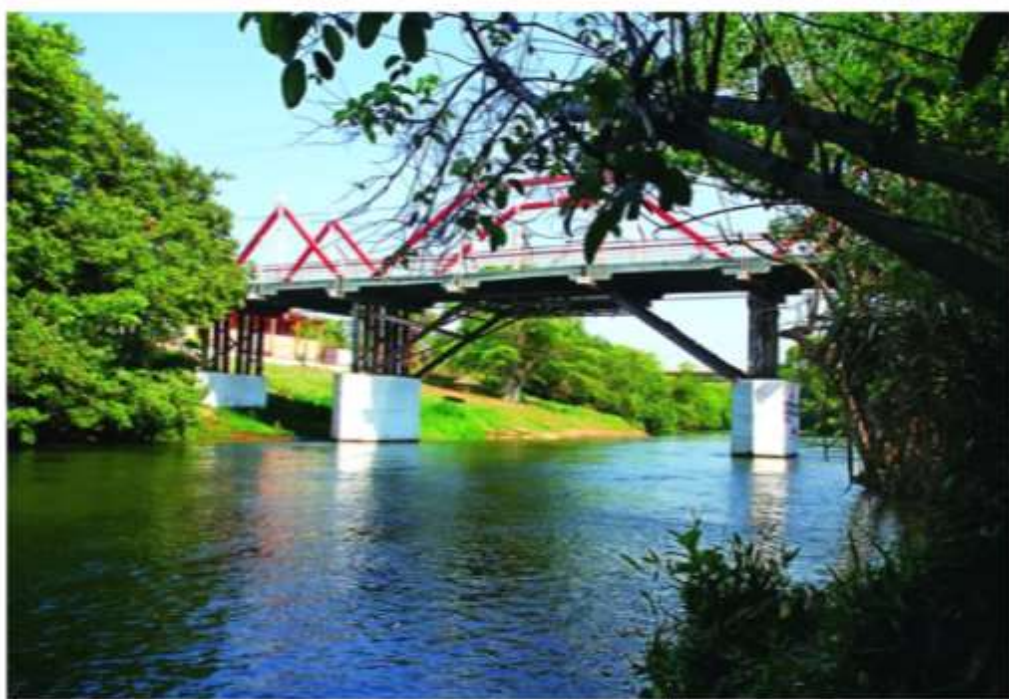




**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PONTE ALTA DO TOCANTINS**

# PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO



**VOLUME III  
PROGRAMAS,  
PROJETOS E  
AÇÕES**



**MINISTÉRIO DA  
SAÚDE**



**ICAP**  
INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA



Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins

---

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – TO**

### **PRODUTO E PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES**

**VOLUME III**

**JULHO, 2019**



Fundação  
Nacional  
de Saúde



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



ICAP  
INSTITUTO DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO



Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins. Tocantins, Brasil.  
Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Ponte Alta do Tocantins:  
Programas, Projetos e Ações (Produto E). 27 f.: il.  
Concedente: Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. Av. Joaquim Teotônio Segurado, QD  
101 Sul, CJ 01, LT 03, Ed. Executivo Carpe Diem, Palmas – TO. Fone: (63) 3218-3630.  
Site: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br)  
E-mail: [sic@funasa.gov.br](mailto:sic@funasa.gov.br)  
Empresa contratada: Instituto de Capacitação Assessoria e Pesquisa – ICAP  
1. Saneamento Básico. 2. Saúde Pública. 3. Participação Social.



# COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Glauco Rodrigues Messias - Secretário Municipal de Meio Ambiente

Luiz Mario Alves de Alencar - Secretário Municipal de Obras e Transportes

Elison Gonçalves dos Santos - Secretário Municipal de Saúde

Fátima Aparecida Gonçalves Neres - Inspetora Escolar

Joaci Mascarenhas Reis - Vereador Municipal

Paulo Afonso Pereira Mascarenhas - Vereador Municipal

Sebastião Barbosa Silva - Vereador Municipal

Silval Ferreira da Costa - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

José Carlos de Sena Soares - Conselho Municipal de Meio Ambiente

Bernardino de Sena Filho - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Shyrleide Maria Maia - Secretária Municipal de Educação

Zoleide de Sousa Soares - Conselho Municipal de Saúde

Claudiane Noleto Guimarães - Conselho Municipal de Assistência Social

Pedro Geraldo Cunha de Aguiar - Promotor de Justiça da Comarca de Ponte Alta

Silvio Luiz Marques Monteiro - Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica da Funasa



# C OMITÊ DE EXECUÇÃO

Rafael Montanhini Soares de Oliveira – Engenheiro Civil, Docente da UFT e Coordenador Geral do PMSB

Deusiano Florêncio dos Reis – Biólogo e Docente da UFT

Eduardo Quirino Pereira – Engenheiro Ambiental e Docente da UFT

Bruno Carrilho de Castro – Engenheiro Civil Sanitarista e Docente da UFT

Aliomar de Souza Gama – Empresário e Presidente do ICAP

Milton Jairo Soares Bogado – Administrador e Diretor de Projetos do ICAP

Patrícia De Sena Martins Da Costa - Engenheira Ambiental e Coordenadora do PMSB



Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins

---

# **E**LABORAÇÃO DO ESTUDO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS**

**JOSÉ APARECIDO DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

**JOSÉ CARLOS RUFO DE SENA**

Vice-Prefeito

**PÇA. ANTÔNIO MASCARENHAS, 1, S CENTRAL**

Endereço

**(63) 3378-1259**

Telefone



# A SSISTÊNCIA TÉCNICA



**Razão Social:** Instituto de Capacitação Assessoria e Pesquisa – ICAP

**CNPJ:** 08.573.459/001-96

**Registro no CREA/TO:** 6888/2014 - INT

**Endereço:** 106 sul, Alameda 10, Lote 29

**CEP:** 77.020-064

**Cidade:** Palmas - TO

**Email:** contato.icap@gmail.com



# **E**QUIPE TÉCNICA ICAP

**ALIOMAR DE SOUZA GAMA**

Diretor do Instituto

**DR. RAFAEL M. SOARES**

Coordenador Geral e Engenheiro Civil

**PATRÍCIA DE SENA MARTINS DA COSTA**

Engenheira Ambiental

**DR. SANTIAGO PAIXÃO GAMA**

Advogado

**CHRISTOPHER AUGUSTO M. PAIXÃO GAMA**

Jornalista

**ALDISLÉIA PINTO DE SOUSA**

Administradora

**MARINA CARVALHO PIRES**

**IARLLA CÂNDIDO RODRIGUES**

**KELLY MARCIA RODRIGUES**

**ULDIELE OLIVEIRA RIGUETTI**

Estagiárias





# APOIO TÉCNICO

**Razão Social:** VRP Engenharia Ambiental LTDA - ME

**CNPJ:** 27.648.471/0001-67

**Registro no CREA Nacional:** 100003315-2

**Endereço:** Q 108 Sul Avenida Lo 3, Acsv-Se 13, 09, Lote 16 Sala 02

**CEP:** 77.0200-98

**Cidade:** Palmas - TO

**Email:** vrpambiental@gmail.com



# **E**QUIPE DE APOIO TÉCNICO

**LAURO RIBEIRO VIANA JUNIOR**

Engenheiro Ambiental e Presidente da VRP Ambiental

**MARINA CARVALHO PIRES**

Engenheira Ambiental e Diretora Operacional VRP Ambiental

**MARIANNA CARVALHO SOUSA**

Engenheira Civil – Analista de Projetos

**ALOMA RIBEIRO PIRES**

Estagiária



# ÍNDICE GERAL

VOLUME 1 – Relatório do Diagnóstico Técnico-Participativo

VOLUME 2 – Relatório da Prospectiva e Planejamento Estratégico

VOLUME 3 – Relatório dos Programas, Projetos e Ações

VOLUME 4 – Plano de Execução

VOLUME 5 – Minuta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico

VOLUME 6 – Relatório sobre os indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento Básico

VOLUME 7 – Sistema de Informações para Auxílio à Tomada de Decisão

VOLUME 8 – Relatório Mensal Simplificado do Andamento das Atividades Desenvolvidas

VOLUME 9 – Relatório Final do Plano Municipal de Saneamento Básico



# A PRESENTAÇÃO

Com a publicação da Lei n.º 11.445/2007 (BRASIL, 2007), a Lei de Saneamento Básico, todos os municípios têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Sem o PMSB, a partir de 2018, o município fica impedido de receber recursos federais para serviços referentes ao saneamento.

O saneamento básico foi definido pela Lei n.º 11.445/2007 (BRASIL, 2007), como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de:

- I. Abastecimento de água potável;
- II. Esgotamento sanitário;
- III. Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- IV. Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Sendo assim, o PMSB deve abranger as quatro áreas, relacionadas entre si. O documento, após aprovado, torna-se instrumento estratégico de planejamento e de gestão participativa. Este documento constitui-se mais um dos produtos técnicos, dentro de uma série exigida. Elaborado pelo município em parceria com a empresa ICAP – Instituto de Capacitação Assessoria e Pesquisa, parceira mediante a realização do pregão presencial n.º 04/2013, e conforme Contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins, n.º 216/2013, publicado no D.O.E do Tocantins em 06/11/2013.

Este produto, denominado Programas, Projetos e Ações engloba todas as ações necessárias para atingir os objetivos e metas da universalização dos serviços de saneamento básico no município de Ponte Alta do Tocantins, englobando os quatro elementos do plano: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Este documento segue o escopo do Termo de Referência da Funasa e visa atender principalmente a Legislação de Saneamento sustentada na Lei n.º 11.445 de 2007.



## 1. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

O planejamento em saneamento tem como objetivo, basicamente, a otimização da implantação dos serviços, da qualidade e quantidade disponível, bem como dos recursos disponíveis. Com base nesse preceito, deverá se obter um ambiente sadio, melhor qualidade na saúde pública, buscando o desenvolvimento sustentável.

O objetivo nesse produto é definir as estratégias a serem adotadas para a formulação de propostas de soluções para o atendimento das demandas segundo os seguintes prazos de conclusão:

- ✓ Imediato (até 3 anos);
- ✓ Curto prazo (4 a 8 anos);
- ✓ Médio prazo (de 9 a 12 anos);
- ✓ Longo Prazo (de 13 a 20 anos).

Os programas possuem escopo abrangente com o delineamento geral de diversos projetos a serem executados, o que traduz as estratégias para o alcance das metas estabelecidas nas Prospectivas e Planejamento Estratégico. Já os projetos possuem escopo específico, têm custos e são restritos a um determinado período.

Quando diversos projetos possuem o mesmo, objetivo são agrupados em programas, possibilitando a obtenção de benefícios que não seriam alcançados se gerenciados isoladamente.

Por fim, as ações representam o conjunto de atividades ou processos, que são os meios disponíveis ou atos de intervenção concretos, em um nível ainda mais focado de atuação necessário para a execução do projeto. Uma vez encerrado o projeto e atingido seu objetivo, as ações tornam-se atividades ou processos rotineiros de operação ou manutenção.

As ações sugeridas nesse plano tiveram o seu grau de priorização (emergencial, alta, média ou baixa) definido pela participação social por meio de Audiências Públicas, realizadas no município de Ponte Alta do Tocantins, utilizando de dinâmicas pedagógicas em grupo proposta no PMS. Essas informações nortearão os gestores para uma melhor compreensão das demandas populacionais.

No âmbito municipal a avaliação do andamento das ações propostas deve ser estabelecida pelo município de Ponte Alta do Tocantins que irá regular e controlar a execução das atividades do saneamento básico. Este Plano Municipal de Saneamento deverá ser revisado no prazo máximo de 4 (quatro) anos, após a sua execução, anteriormente



a elaboração do Plano Plurianual, ou sempre que se fizer necessário, conforme determinado pela Lei Federal Nº 11.445/2007.

Foram criados programas de governo municipal específicos que contemplam ações para alcançar os objetivos e compatibilizam o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a equidade social no município, relacionadas ao saneamento básico e que contemplem os princípios da Lei 11.445/2007. No quadro a seguir estão descritos os programas, os projetos e as ações propostas para cada eixo.





Quadro 1: Programas, projetos e ações Político Institucional do setor de saneamento.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE DA AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
UM NOVO CENÁRIO INSTITUCIONAL	Estruturação da Política Municipal de Saneamento Básico	Promover a melhoria da gestão da prestação dos serviços de saneamento bem como ampliação dos sistemas para universalização e acompanhamento da execução do Plano Municipal de Saneamento Básico	Média	1- Criação de um departamento (secretaria) de saneamento específico na estrutura da administração pública para a gestão do setor de saneamento, bem como a criação de um departamento específico para drenagem;	Emergencial	Curto
				2- Formação e implantação do conselho municipal de Saneamento ou instância semelhante, com a participação de conselheiros da sociedade e órgãos públicos;	Emergencial	
				3- Elaboração de estudos técnico do município e implantação do Plano Diretor municipal;	Alta	
				4- Definir normas para a ampliação do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana efetuada por loteamentos;	Baixa	
				5- Elaboração e execução de políticas ambientais de uso racional dos recursos hídricos;	Alta	
				6- Regulamentação de equipes, municipais ou empresa parceiras, para realização da fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico prestados pela administração direta, prefeitura municipal, e autarquia;	Alta	
				7- Instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico;	Média	
				8- Definir critérios técnicos para o projeto, fiscalização, execução e operação de estruturas hidráulicas de drenagem;	Média	
				9- Adequação e complementação da legislação municipal conforme PMSB;	Média	
				10- Elaborar regimento de prestação dos serviços de saneamento, onde devem estar previstos os direitos e deveres do prestador do serviço, dos usuários e do titular;	Baixa	

Continua



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE DA AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
PLANEJAMENTO GERENCIAL	Modernização da Gestão dos Serviços	Municipiar os gestores com dados técnicos passíveis de avaliar e monitorar os serviços de saneamento prestados bem como capacitar os agentes públicos envolvidos no setor de saneamento.	Média	1- Elaboração de programas e ações de capacitação técnica voltada para a implantação e operacionalização do PMSB;	Emergencial	Médio
				2- Elaborar e implantar o Sistema Municipal de Informação em Saneamento;	Emergencial	
				3- Estudo para a definição de taxas e tarifas para a prestação dos serviços de drenagem e manejo dos resíduos, devendo ser previstos subsídios não tarifários para os usuários de baixa renda;	Alta	
				4- Elaborar a Política Municipal de Saneamento Básico	Alta	
				5- Monitorar e inspecionar a atualização do sistema de informações do saneamento básico. Tabular os dados e disponibilizar as informações do Sistema Municipal para o Programa de Coleta de Dados do SNIS;	Baixa	
				6- Consolidação e implantação de indicadores de monitoramento da prestação dos serviços de saneamento;	Baixa	
				7- Atualização periódica ao longo dos 20 anos das taxas e tarifas, de forma a cobrir os custos totais na prestação do serviço de saneamento;	Média	
				8- Promover eventos periódicos, como cursos e palestras, para a qualificação e nivelamento de todos os envolvidos no setor de saneamento;	Média	





Quadro 2: Programas, projetos e ações para o abastecimento de água.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
ÁGUA LIMPA E POTÁVEL PARA TODOS	Modernização da gestão do sistema de abastecimento de água	Promover ao sistema operacional eficiência, controle das ações e consequente melhoria na qualidade da água consumida.	Alta	1- Implantação de reservatórios de água com a devida realização de tratamento nas comunidades rurais, que viabilizarem esta ação. Àquelas comunidades esparsas deve-se realizar Estudo e Concepção de Poços artesanais com a realização de tratamento;	Emergencial	Longo prazo
				2- Automatização do Sistema de Tratamento de água com dosador automático de Hipoclorídrico de Cálcio;	Emergencial	
				3- Ampliar e realizar capacitação da equipe dos Agentes de Saúde que fazem a cloração das soluções individuais de abastecimento das comunidades rurais;	Emergencial	
				4- Realizar os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água conforme preconizado pela Portaria nº 2914/2011	Emergencial	
				5- Construção do Centro de Controle de Operação, para monitorar as variáveis hidráulicas e elétricas do sistema;	Alta	
				6- Implantação de tratamento de água com etapas de filtração, cloração e fluoretação na zona urbana e/ou Estudo, Projeto e Implantação de ETA convencional para captação de água superficial;	Média	
				7- Instalação de bombas reservas nos reservatórios existentes;	Média	
				8- Solicitar a outorga dos poços de captação de água subterrânea do município;	Média	
				9- Buscar a eficiência energética;	Média	
				10- Fiscalização e aplicação de penalidades nas ligações clandestinas;	Média	
				11- Realizar o cadastro dos poços;	Média	
	Universalização do Serviço de Abastecimento de Água	Abastecer com água potável 100% da população do município na zona rural	Alta	1- Estudo, concepção de projeto e ampliação da rede de abastecimento no perímetro urbano;	Emergencial	Longo prazo
				2- Perfuração de novos poços de captação subterrânea na área urbana e nas comunidades rurais e solicitar suas outorgas;	Emergencial	
				3- Implantação de cisternas comunitárias e/ou individuais em áreas com domicílios dispersos para captação de água de chuva;	Alta	
				4- Cadastro e Desativação de poços individuais inadequados na zona urbana e rural;	Alta	
				5- Aumentar a equipe técnica da prestadora de serviço no município	Alta	
				6- Instalação de reservatórios na área urbana e rural.	Alta	
				7- Aumentar a equipe técnica da prestadora de serviço no município de Ponte Alta do Tocantins	Alta	

Continua



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
<b>PRESERVAR PARA GARANTIR À TODOS ÁGUA POTÁVEL</b>	Melhorias operacionais e estruturais	Reduzir perdas nos sistemas de fornecimento de água e aumentar a qualidade da infraestrutura e da água distribuída	Média	1- Elaborar projeto de medidas de controle e redução de perdas;	Alta	Curto prazo
				2- Implantar medidas de controle e redução de perdas;	Alta	
				3- Divulgação dos dados resultados das análises por mídia impressa e digital;	Alta	
				4- Ampliação do sistema de hidrometração com implantação de micro medidores visando atender a expansão urbana e substituição de hidrômetros com mais de 5 anos de uso;	Média	
				5- Capacitação das equipes de fiscalização, municipais, para realização dessa ação na prestação dos serviços de abastecimento de água;	Média	
				6- Controle e detecção de vazamentos;	Média	
				7- Realizar a inspeção e análise de poços (particulares e públicos);	Média	
				8- Elaborar e implantar o Programa de Manutenção Preventiva das infraestruturas deste sistema;	Média	
	Educação Ambiental	Recuperar e preservar os corpos hídricos e diminuir o uso irracional da água promovendo a salubridade ambiental	Média	1- Recompôr área de preservação permanente ao longo do rio Ponte Alta;	Emergencial	Médio
				2- Capacitação dos servidores para realização de palestras de preservação das áreas de risco municipais à comunidade, principalmente, em escolas municipais;	Alta	
				3- Promoção de campanhas de Educação Ambiental em mídias de grande circulação e em didáticas pedagógicas nas escolas e eventos locais, voltados para a preservação dos corpos hídricos;	Alta	
				4- Fiscalização e monitoramento de invasões das margens dos corpos hídricos;	Alta	
				5- Limpeza e coleta frequentes de resíduos sólidos depositados nas margens e proximidades.	Alta	
				6- Campanhas de reuso das águas da chuva e residuárias para fins não potáveis;	Média	



Quadro 3: Programas, projetos e ações para o esgotamento sanitário.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
ZERO DE CONTAMINAÇÃO	Esgoto na zona urbana	Atender com serviço de esgotamento sanitário 100% das redes de ligação de água reduzindo os riscos à saúde pública além de aumentar a eficiência do sistema	Alta	1- Estudo de concepção do projeto do sistema de coleta de esgotos sanitários;	Alta	Longo prazo
				2- Implantação de sistema de coleta de esgotos sanitários para atendimento da área urbana;	Alta	
				3- Estudo, concepção do projeto e implantação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	Alta	
				4- Estudo de concepção, projeto e implantação de sistema de disposição do Efluente proveniente da ETE;	Alta	
				5- Estudo de concepção, projeto e implantação de Leito de Secagem do Lodo proveniente da ETE;	Alta	
				6- Monitorar os efluentes brutos e tratados de forma a atender aos padrões de lançamento, conforme Resoluções do CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011;	Alta	
				7- Programa de manutenção preventiva do sistema de esgotamento sanitário tanto na rede coletora quanto na Estação de Tratamento de Esgoto;	Média	
				8- Desativar fossas Sépticas de imóveis que serão atendidas pela rede coletora;	Média	
	Esgoto na zona rural	Implantar em 100% dos domicílios sistema de tratamento individual para evitar a poluição e reduzir os riscos à saúde pública em casos de contaminação	Emergencial	1- Estudo de concepção, projeto e implantação de Tanques Sépticos e desativação de fossas negras e tanques sépticos irregulares no Perímetro Rural;	Emergencial	
				2- Estudo de concepção, projeto e implantação da central de Recebimento de Lodo de Tanques Sépticos;	Média	
3- Adquirir frota de veículos adequados para realizar a coleta de lodo de fossas sépticas, quando necessário;				Média		



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
<b>ZERO DE CONTAMINAÇÃO</b>	Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços	Melhorar a qualidade do serviço e aperfeiçoar a infraestrutura	Média	1- Incentivar o desenvolvimento/execução de projetos de reúso das águas residuárias;	Emergencial	Longo prazo
				2- Promover solução sanitária adequada para as residências de baixa renda que não tem banheiro	Emergencial	
				3- Fornecer assistência técnica para elaboração de projetos e execução de sistemas individuais de tratamento de esgoto destinados à população de baixa renda	Alta	
				4- Promover campanhas de sensibilização e orientação sobre a importância do sistema de esgotamento sanitário	Alta	
				5- Cadastrar, fiscalizar e monitorar a atividade de limpa fossa do município	Alta	
				6- Capacitação da equipe dos Agentes de Saúde que realizarão a identificação de soluções inadequadas de esgotamento na zona rural;	Alta	
				7- Capacitação das equipes de fiscalização para realização dessa ação na prestação dos serviços de esgotamento sanitário.	Alta	
				8- Implantar estrutura especializada em manutenção e vistoria permanente no sistema de esgotamento sanitário	Alta	
				9- Estudo e implementação de eficiência energética.	Média	
				10- Elaborar projeto de monitoramento da qualidade da água do corpo receptor da ETE;	Média	



Quadro 4: Programas, projetos e ações para drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
PROMOÇÃO DE SEGURANÇA PARA A SAÚDE PÚBLICA	Infraestrutura de captação e manejo de águas pluviais	Implantar o sistema de drenagem e manejo de águas pluviais em 100% da zona urbana além de incorporar um departamento de gerenciamento das ações para minimizar os impactos provenientes da água da chuva	Média	1- Instituir departamento responsável pela implantação, gerenciamento e operação do sistema de drenagem urbana;	Emergencial	Longo prazo
				2- Estudo de concepção e implantação de projetos de infraestruturas de drenagem e manejo de águas pluviais para atender a expansão urbana;	Emergencial	
				3- Elaborar projetos técnicos e obras para construção e substituição das pontes em madeira por pontes ou galerias de concreto armado;	Alta	
				4- Recompôr mata ciliar dos córregos e rios degradados do perímetro urbano, diminuindo o pico da intensidade da chuva e conseqüentemente as enxurradas, cheias e alagamentos.	Alta	
				5- Reestruturação da infraestrutura de drenagem inadequadas existente no município;	Média	
				6- Implantação e ampliação das estruturas de micro e macro drenagem, nos pontos onde são necessárias;	Média	
				7- Fazer contenções e terraplanagem nas estradas para amortecimento das águas da chuva;	Média	
				8- Realizar os procedimentos de monitoramento da qualidade da água lançada nos corpos hídricos pelo sistema de macro drenagem, contribuindo para identificação de lançamentos clandestinos de esgoto;	Média	

Continua



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
<b>PROMOÇÃO DE SEGURANÇA PARA A SAÚDE PÚBLICA</b>	Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços	Melhorar a qualidade do serviço e aperfeiçoar a infraestrutura	Alta	1- Elaborar e implementar o Programa de manutenção preventiva e ações corretiva de todas as infraestruturas de drenagem	Emergencial	Médio
				2- Elaborar e implementar Plano de Risco nas unidades operacionais	Alta	
				3- Cadastramento e mapeamento das estruturas de drenagem existentes	Alta	
				4- Estudo e concepção de projeto de Educação Ambiental com foco no descarte correto dos resíduos sólidos e suas consequências no sistema de drenagem	Alta	
				5- Fazer cadastros e identificar ligações clandestinas	Alta	
				6- Implantar ação de conscientização e sensibilização no perímetro urbano com sinalizações ou afins indicando a não realização do descarte incorreto de resíduo	Alta	
				7- Elaborar e implantar sistema de alerta contra enchentes, de forma articulada com a Defesa Civil. Controle e fiscalização das ocupações irregulares em áreas de preservação permanente e em áreas de risco.	Alta	
				8- Implantar sistema informatizado de indicadores e de gerenciamento e controle interno	Média	
				9- Elaborar e implantar sistema de qualidade	Média	
				10- Estudo para avaliar as possibilidades de implantação de técnicas compensatórias.	Média	
				11- Programa de limpeza e desassoreamento dos cursos d'água do perímetro urbano.	Média	





Quadro 5: Programas, projetos e ações para Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos.

PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
<b>VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	Melhorias Operacionais e Qualidade dos Serviços	Atingir a universalização da coleta convencional e seletiva bem como auxiliar em melhorias a regulação, operação e gerenciamento do sistema de coleta dos resíduos	Emergencial	1- Desativação do atual lixão e elaborar estudo, projeto para efetuar a recuperação ambiental da área utilizada como lixão;	Emergencial	Longo prazo
				2- Estudo de concepção, projeto e implantação do Aterro Sanitário em consonância com normas técnicas vigentes, com área exclusiva para resíduos de serviço de saúde conforme regulamentações Conama 358/05 e NBRs, bem como a análise técnica da viabilidade do consorcio com municípios vizinhos;	Emergencial	
				3- Readequação da frota para coleta, considerando a aquisição de veículo apropriado para coleta seletiva, coleta de matéria orgânica e troca evolutiva da frota;	Alta	
				4- Projeto de gerenciamento de resíduos sólidos na zona rural;	Alta	
				5- Restruturação do gerenciamento da frota do sistema de coleta para atender a regularidade e integridade dos serviços;	Alta	
				6- Implantação de contêineres para acondicionamento dos resíduos nas áreas rurais e de difícil acesso;	Alta	
				7- Capacitação das equipes de fiscalização para realização do controle da prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos bem como no monitoramento da execução e implantação adequado dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos preconizados no art.20 da Lei 12.305/2010.	Alta	
				8- Padronização e entrega de lixeiras com destinação para lixo nos padrões da coleta seletiva;	Média	
				9- Elaboração e divulgação de roteiros específicos com dias e horários;	Média	
				10- Disciplinamento dos procedimentos de segregação nas feiras para implantar a coleta diferenciada de resíduos orgânicos a serem direcionados para a Unidade de Compostagem;	Média	
				11- Controle e fiscalização dos pontos viciados de descarte irregular, áreas de risco de poluição e contaminação por resíduos sólidos.	Média	
				12- Estudo de alternativas e viabilidade técnica de locais para instalação de área de bota fora para a destinação dos Resíduos de Construção Civil inertes;	Baixa	

Continua



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÃO	PRIORIDADE DA AÇÃO	PRAZO DO RPROGRAMA
VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Usina de Triagem e Compostagem	Por meio da educação ambiental envolver a comunidade na reciclagem gerando a partir de resíduos secos e orgânicos composto útil e reduzindo o volume de material encaminhado para o aterro	Média	1- Estudo, projeto e implantação da Unidade de Triagem para materiais reutilizáveis e recicláveis e Compostagem, para os compostos orgânicos em parceria com outros municípios;	Alta	Longo prazo
				2- Estudo, projeto e implantação de um local fixo cedido pela prefeitura municipal para comercialização dos produtos finais reciclados, reutilizados e compostados gerando renda aos produtores.	Alta	
				3- Estimular e auxiliar a formação de associações de catadores, cooperativas e artesãos de material reciclável;	Alta	
				4- Divulgação por meio de mídias sociais e das ações de Educação Ambiental a serem implantadas no município o local de comercialização dos produtos reciclados e compostados;	Médio	
				5- Encaminhamento de resíduos de poda produzida pela prefeitura municipal e moradores à compostagem;	Médio	
				6- Padronização das lixeiras com destinação para lixo seco (recicláveis) e orgânico;	Média	
	Reciclagem e Logística Reversa	Manejo adequado de resíduos para coleta seletiva	Média	1- Promover eventos voltados (gincanas, palestras, teatro) para a educação ambiental com ênfase na coleta seletiva;	Média	
				2- Implantar Ecopontos para disposição temporária e manejo de resíduos sujeito a tratamento especial;	Média	
				3- Estudo, projeto e implantação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) no município;	Média	
				4- Divulgação do roteiro de coleta seletiva porta a porta e dos PEVs para população.	Média	

Continua







PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE DA AÇÃO	PRAZO DO PROGRAMA
RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS	Gerenciamento dos resíduos perigosos de acordo com art. 20 da Lei 12.305/2010	Atender ao PNRS, para garantir a disposição final ambientalmente adequada.	Emergencial	1- Estudo, elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde;	Emergencial	Médio
				2- Direcionamento dos resíduos de saúde que apresentarem agentes patógenos, substâncias químicas e características como toxicidade, reatividade, corrosividade e afins oferecendo risco à saúde pública para processo de tratamento preliminar que promova redução de carga microbiana, como por exemplo, incineração. Após o tratamento o resíduo, de acordo com o Conama 358/05, pode ser levado às dependências do Aterro Sanitário;	Emergencial	
				3- Adquirir veículo de acordo com a regulamentação preconizada pelo Decreto nº 96044, Portaria da OMS nº204 e NBRs para o transporte específico dos resíduos perigosos;	Emergencial	
				4- Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS por parte dos estabelecimentos constantes do art.20 da Lei 12.305/2010;	Alta	
				5- Implantação de programa de fiscalização pela equipe fiscalizadora, voltado para a implantação e execução adequada dos planejamentos do PGRS pelos geradores presentes no art.20 da Lei 12.305/2010;	Média	
				6- Implantação por parte dos estabelecimentos de saúde, particular ou público, recipiente adequado para armazenamento temporário de resíduos perigosos;	Média	
	Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil	Atender a PNRS, garantir o manejo adequado e disposição ambientalmente adequada e	Médio	1- Estudo, elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil pelos seus geradores;	Média	
				2- Coleta e destinação dos resíduos de construção civil para área de bota fora, não podendo, esses resíduos, serem levados ao Aterro Sanitário conforme regulamentação CONAMA 307/02.	Média	

Continua





PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO PROJETO	PRAZO DO PROGRAMA
RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS	Educação Ambiental e Sustentabilidade	Conscientizar por meio da educação a população para o manejo adequado dos resíduos a fim de reduzir a geração, incentivar a reutilização e a reciclagem.	Média	1- Elaboração de programa de Educação Ambiental permanente em ênfase no consumo consciente dos recursos naturais, preservação do meio ambiente, voltados a professor de escolas públicas nível infantil e fundamental I e II.	Alta	Longo prazo
				2- Promover palestras e cursos de capacitação aos professores da rede municipal com ênfase na preservação do meio ambiente, descarte de resíduo e consumo consciente, entre outros temas relevantes pra complementação da ideia	Média	
				3- Projeto para formação de educadores mirins	Média	
				4- Elaborar materiais didáticos e informativos a serem utilizados nas ações de Educação Ambiental Municipal	Média	
				5- Desenvolver atividades públicas de educação ambiental voltada ações de reciclagem envolvendo datas comemorativas nacionais e municipais	Média	
				6- Elaboração e implantação de Programa Permanente de Educação Ambiental e Comunicação Social para jovens e adultos com foco em temas como cidadania, responsabilidade ambiental, consumo consciente da água, geração e descarte dos resíduos, reciclagem, entre outros.	Média	
	Capacitação técnica para formação de cooperativas e/ou associação de recicladores de resíduos sólidos	Criar cooperativas visando contribuir com os agentes individuais que já realizam atividades de reciclagem como aderir renda as pessoas de baixa condição	Alta	1- Capacitação, com auxílio de consultores, de moradores de baixa renda e interessados no aprendizado dos métodos de reutilização, reciclagem e compostagem nas Unidades.	Média	
				2- Realizar atividades públicas de capacitação, com auxílio de consultores, para moradores de baixa renda e interessados sobre a implantação, operação e gestão de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos como papel, papelão, alumínio, garrafas pets e afins. Visando, assim, incentivar a formação de cooperativas e/ou associações de recicladores.	Média	

Continua



PROGRAMA	PROJETO	OBJETIVO	PRIORIDADE DO PROJETO	AÇÕES	PRIORIDADE AÇÃO PROJETO	PRAZO DO PROGRAM A
MONITORAR PARA PRESERVAR OS RECURSOS NATURAIS E O CIDADÃO	Monitorar o Gerenciamento de Resíduo Sólidos	Melhoria continua do processo e Garantia de conformidade com a legislação e atendimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos.	Emergencial	1- Realização por parte da equipe de fiscalização monitorar a efetividade das atividades de geradores de resíduos sólidos sujeitos a licenciamento ambiental e de áreas de destinação final adequada	Alta	Médio
				2- Realização por parte da equipe de fiscalização acompanhar os geradores passíveis de Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido a execução e o cumprimento das regras e ações estipuladas para execução da legislação	Alta	
				3- Fiscalizar a efetividade do uso dos acondicionamentos adequados para cada tipo de resíduos gerado de acordo com a legislação	Média	
				4- Audiências públicas trimestral com a participação da população para avaliação da gestão e gerenciamento do sistema	Média	